



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 29/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10971/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão/Entidade: Instituto de Previdência de Iranduba – INPREVI.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sra. Clemilda da Silva Falcão, Presidente do INPREVI de Iranduba.

6- Unidade Técnica: DICERP - Relatório de Auditoria nº 09/2015 (fls. 784/798).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2180/2015-MP- EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 800/801).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. INPREVI. Exercício 2014.

Contas Regulares. Determinação ao INPREVI.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular a Prestação de Contas do Instituto de Previdência de Iranduba – INPREVI, exercício 2014, de responsabilidade da senhora Clemilda da Silva Falcão, Presidente e Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 22, inciso I, c/c art. 23, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE;

9.2- Determinar ao Instituto de Previdência de Iranduba – INPREVI que permaneça promovendo as cobranças necessárias à regularização dos repasses devidos pela Prefeitura Municipal de Iranduba, referentes à contribuição previdenciária dos servidores e à contribuição patronal, nos montantes de R\$ 1.944.477,76 (um milhão, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e seis centavos) e R\$ 2.298.219,24 (dois milhões, duzentos e noventa e oito mil, duzentos e dezenove reais e vinte e quatro centavos), respectivamente, fiscalizando, o quanto possível, as determinações pertinentes exaradas nos autos do Processo nº 10.974/2015, de tudo dando ciência à esta Corte de Contas.

10- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 20 de Janeiro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

Diário Eletrônico do TCE/AM,
Edição Nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 29/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição